

Memorial de Concurso para Provimento do Cargo de Professor Titular no Departamento de Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiroⁱ

Self Evaluation in the Selective Process for Full Professorship in the Department of Geography of the Federal University of Rio de Janeiro

Bertha Koiffmann Beckerⁱⁱ
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: O material aqui apresentado corresponde ao corpo do texto do Memorial apresentado pela Profa. Bertha Koiffmann Becker em Dezembro de 1993, por ocasião do concurso realizado para provimento do Cargo de professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nele consta seu relato sobre sua importante trajetória acadêmico-profissional, ressaltando, principalmente, as temáticas abordadas em suas pesquisas, seu papel no fortalecimento do Departamento de Geografia da UFRJ e sua significativa contribuição na implantação e dinamização do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG-IGEO/UFRJ), além de sua valiosa participação em setores do governo brasileiro e em inúmeras Universidades, Institutos e Organizações de Ensino e Pesquisa Nacionais e Internacionais, contribuindo de forma sempre rica, espontânea e, podemos dizer, brilhante à Ciência! Ao final de seu relato fizemos uma síntese de sua atuação profissional e suas inúmeras premiações e condecorações, demonstrando a salutar contribuição a Ciência de uma das mais preciosas Geógrafas brasileira que teve reconhecimento mundial.

Palavras-chave: Bertha Becker; Geografia do Brasil; Geopolítica; Amazônia; Meio Ambiente.

Abstract: This is the self-evaluation presented by Professor Bertha Koiffmann Becker in December, 1993, when she was selected for the post of Full Professor at the Federal University of Rio de Janeiro. In this document she describes her academic and professional career, giving emphasis to her research, her role in strengthening the Department of Geography and her key part in founding the Post-graduate Program in Geography (PPGG-IGEO/UFRJ) as well as her significant contribution to different sectors of the Brazilian government, innumerous national and international universities and research institutes, always offering rich, spontaneous and brilliant scientific insight. At the end of the text a résumé is added, presenting the professional accomplishments and numerous national and international prizes and medals received by one of the greatest Brazilian geographers.

Keywords: Bertha Becker, Brazilian Geography, Geopolitics, Amazon, Environment.

ⁱ Texto na íntegra do Memorial apresentado em Dezembro de 1993.

ⁱⁱ Professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências.

O Sentido de Minha Trajetória Acadêmico-Profissional

Porque a Geografia e a Geografia Política? Porque não aceitei convites de respeitados mestres para assisti-los na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil onde me formara, como Arthur Ramos e Djacir Menezes, mas aceitei, sim, o do Prof. Hilgard O'Reilly Sternberg, catedrático de Geografia do Brasil?

A escolha da Geografia se fundamenta numa paixão, verdadeira identificação existencial com essa disciplina. Pois que, no sentido etimológico, entendo a grafia da Terra não como descrição, mas como *desing*, desenho e projeto; não em uma consolidação estática, mas sim em contínua remodelação; não apenas a ser descoberto mas sim, também, a ser socialmente construído.

E paixão e identificação com a Geografia do Brasil que, por sua vez, me conduziu a conceber a disciplina como ciência política. Descobrir e participar da construção do projeto do Brasil como parte do projeto da Terra, eis o sentido de minha atuação acadêmico-profissional, profundamente imbricada à minha própria grafia.

Sentido que é explicado pelo contexto histórico em que vivi associado a características individuais. Sentido entendido como direção e significado, perceptível em múltiplas facetas que passo identificar para, a seguir, historicizar.

Auto perfil

O empenho pelo desenvolvimento do Departamento de Geografia (D.G) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) através do exercício do ensino, da pesquisa e da administração acadêmica, a seleção de problemas de pesquisa e de teses relevantes para a sociedade brasileira, a postura crítica em relação a adoção de modelos importados, a preocupação com a posição do Brasil no mundo visto a partir do Brasil, enfim, pensar o Brasil, são manifestações gerais da orientação básica de minha atuação.

Componente marcante do meu perfil é a opção pela Geografia não apenas como ciência social, mas sim como ciência política. Penso, assim, ter me afastado da tradição positivista dominante na Geografia brasileira. Aos olhos de hoje, em termos teóricos, minha atuação pode ser vista como o empenho em analisar e participar do processo de produção do espaço Brasil, em vários níveis de envolvimento. A questão central, que norteia esse empenho é como crescer por uma via de integração socialmente justa, capaz de respeitar a diferença. Ao nível existencial, trata-se da produção de um espaço próprio na sociedade, na Geografia e na Universidade; ao nível da atuação acadêmica, manifesta-se por um lado, na profunda identificação com o próprio desenvolvimento e o lugar a ser ocupado pelo Departamento de Geografia e a UFRJ e, por outro, na investigação do próprio processo de integração do território.

Processo de produção do espaço cuja condução, no período em que vivi, foi em grande parte realizada no Brasil pelo Estado. Decorre daí a Geografia Política, o meu compromisso com a autonomia nacional e o fato do Estado ter sido meu principal interlocutor. A partir da participação neste processo de sua investigação *in loco* junto à populações afetadas, identifiquei e questionei as estratégias governamentais, denunciei suas arbitrariedades, mas sempre no sentido da necessidade de sugerir uma via de integração

social e territorialmente justa. Esta interlocução, bem sei, tem sido por alguns criticada. No entanto, ela gerou uma contribuição original; e não reconheceu Henri Lefebvre nesse período da História um verdadeiro modo de produção estatal, exagero que não aceitei mas que, corretamente, indica a importância do papel do Estado na economia e na sociedade até o início da década de 80? E que dizer desse processo no Brasil sob o nacional-desenvolvimentismo?

Associado a esse empenho está a temática privilegiada em minha atuação, a fronteira. Fronteira entendida como inovação, como eu mesmo a defini: espaço não plenamente estruturado e potencialmente gerador de realidades novas. A incessante procura do novo em seu próprio nascimento, como meio de captar a realidade complexa, o desbravamento como forma de integração manifesta na criação de disciplinas, de novos temas de pesquisa e na investigação da fronteira territorial, em si, corresponde a anseios próprios e a condições específicas do Brasil, de sua intensa transformação ocorrida em poucas décadas que tive o empenho e o privilégio de acompanhar.

Para tanto, pautei o ensino e a pesquisa na integração dinâmica empírico-teórico. Retomei num novo patamar a herança da pesquisa de campo em Geografia e reconheci a importância da teoria para o aprofundamento da disciplina. Atribuí ao contrato direto com a realidade um novo duplo significado: o reconhecimento das rápidas mudanças e de suas diferentes manifestações espaciais num país de dimensão continental, e o alimento para o teste e a revisão da teoria, imprescindível para impedir a aplicação mecânica de modelos. Partindo do impacto do crescimento urbano-industrial sobre o abastecimento das cidades, logo passei a acompanhar a abertura da fronteira agropastoril no início dos anos 60 e, na procura de um quadro de referência conceitual, me envolvi com o campo da Teoria e Política do Desenvolvimento Regional. A fusão da fronteira com o Estado, foi, então, inevitável, e se deu num território específico: a Amazônia. A linha de pesquisa então inaugurada persiste até hoje e, recentemente, deu origem a outra, sobre a fronteira científico-tecnológica aberta no Vale do Paraíba paulista, e à criação do Laboratório de Gestão do Território para estudo do impacto territorial das novas tecnologias.

Hoje, incorporo a preocupação ambiental de modo particular, inseparável da desordem global e da crise do Estado. Não será a questão ambiental uma nova fronteira de pesquisa e ação? E não será o ambiente o resultado da interação complexa da lógica da sociedade com a lógica da natureza, e a solução dos problemas ambientais a definição de uma via de integração?

Um terceiro e central componente é o autodidatismo, fruto igualmente do contexto histórico e de características próprias. Já estava casada quando me formei, foi difícil realizar a Pós-Graduação no exterior, e esta não estava institucionalizada no Brasil para a Geografia. Mas não se trata apenas do formalismo de não ter cursado a Pós-Graduação sob a orientação de um professor. Trata-se também do autodidatismo experienciado como liberdade de pensamento, elaboração de reflexão própria, não me prendendo a um só paradigma, uma só corrente de pensamento, uma só teoria ou um só autor mas, pelo contrário, a eles recorrendo na justa medida das respostas e argumentos que dão às minhas indagações centrais.

O preço pago por esse procedimento foi elevado. Além da insegurança, e da luta pelo reconhecimento na comunidade científica, inimigos e amigos frequentemente criticavam o meu não aprofundamento mediante vinculação a uma teoria e/ou corrente

de pensamento, e ao que chamavam de meu ecletismo. Na verdade, reconheço, o “não aprofundamento” constitui para mim, uma estratégia instintiva para assegurar a liberdade de pensamento e o enfretamento do novo e da realidade complexa, evitando a dependência a esquemas pré-estabelecidos. E hoje, o desfazer dos paradigmas que não dão conta da explicação do mundo, a negação do pré-determinado e a aceitação da diferença não atestam a sabedoria desse procedimento reconhecido por muitos como uma das regras do jogo de uma nova ciência?

Enfrentar e desbravar o novo e a complexidade, sem submissão a modelos e ao elevado custo de incertezas e angustias, exigem uma certa ousadia. O alerta constante para as novas tendências, e a mudança frequente e rápida de problemas pesquisados são manifestações dessa ousadia na minha produção científica que, embora certamente contendo muitas ambiguidades, não lhe retira a consistência. Afinal, esse procedimento não resultou num processo cumulativo de conhecimento original capaz de captar as múltiplas feições da formação territorial contemporânea do Brasil? E não será esse tipo de ousadia um dos traços de vitalidade da sociedade brasileira?

Finalmente, as relações externas, são também marca de minha atuação, significado a organização de redes de intercâmbio extra-geográfico com colegas de outros campos de conhecimento e outros segmentos da sociedade, além de geógrafos estrangeiros através da União Geográfica Internacional, a UGI. Por outro lado, tais relações podem hoje ser entendidas como uma estratégia institucional, ainda que sua prática tivesse sido intuitiva. Primeiro, para atender a minha curiosidade científica. Não tendo tido a oportunidade de estudar no exterior estas relações foram uma decorrência da necessidade de contato com os avanços da ciência geral, e da Geografia em particular. Segundo, para melhor compreender o Brasil penso que é fundamental o contato com a própria dinâmica da transformação do planeta. A participação constante em comissões e reuniões da UGI tem significado, pois que vem permitindo não só o intercâmbio com geógrafos de diferentes partes do globo, como também o contato com as diferenças que processos globais produzem nos lugares, na medida em que as reuniões se realizam em países distintos. Terceiro, essas relações foram uma condição de, através do reconhecimento ao nível externo, alcançar o reconhecimento nas comunidades geográfica e universitária brasileiras. Em outras palavras, a relação com o outro tem sido essencial à definição da posição do Brasil no contexto do sistema de Estados-Nação de minha identidade acadêmico-profissional. Já não dizia Gramsci que o nacionalismo fortalece seus vínculos com o exterior para permitir a afirmação nacional?

Contribuição resultante

No sentido de minha atuação reconheço quatro contribuições maiores. Uma delas é a formação de quadros do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A liberdade de pensamento, a ousadia na busca do novo e da complexidade, a associação empírico-teórico, a fronteira, enfim, o foco em problemas pertinentes de pesquisa sobre o Brasil, são potencialidades que, superando suas inerentes limitações, foram positivamente transmitidas através do ensino e da pesquisa a alunos muitos dos quais são hoje colegas. Do total de 25 professores do Departamento 12 são responsáveis

pela Geografia Humana, eu inclusive, e destes, orgulho-me em dizer que sete tiveram sua formação estreitamente a mim associada. Não me refiro à condição de aluno, mas sim de bolsistas integrantes de projetos de pesquisa que coordenei por vários anos e de orientandos no Mestrado, como é o caso de Lia Osório Machado, Leila Christina Duarte Dias, Cláudio Antônio Gonçalves Egler, Ana Maria de Souza Mello Bicalho, Julia Adão Bernardes, a que se somam Maria Helena Lacorte e Mariana P. de Miranda que, já como professoras, são fiéis companheiras desde os primeiros passos na pesquisa. Não é, contudo, o aspecto numérico o mais importante e sim, que essas qualidades permitiram alcançar o que efetivamente se almeja na Universidade: o crescimento e a autonomia de todos eles que, hoje, encontram seus próprios caminhos. E não se trata de algo do passado, este processo continua, fortalecido com a criação e coordenação do Laboratório de Gestão do Território, o LAGET.

Outra, é a contribuição para o conhecimento da Amazônia e do processo contemporâneo da formação territorial do Brasil, bem como sua posição no mundo, ou seja, a dimensão espacial da própria construção do Estado-Nação. Através de inúmeras viagens, tive o empenho e o privilégio de conhecer o Brasil e de acompanhar *pari passu* a expansão da fronteira até chegar à Amazônia e deixei registrado esse processo em muitos artigos e livro. Como uma imensa “ilha” cuja frágil economia era voltada para o exterior, a Amazônia permanecera, até a década de 1960, isolada física, econômica e mentalmente do restante do país. Analisei, precoce e exaustivamente, a estratégia territorial do governo federal e dos vários atores no processo de sua ocupação a partir dos anos 70, os impactos daí decorrentes e a variedade que este processo assumiu em suas diferentes partes que palmilhei durante anos. A redefinição da grande região foi detectada e creio ter sido eu a primeira a identificar a fronteira de recursos e formação de uma Amazônia Oriental, denominações que foram posteriormente consagradas. Mas tampouco a pesquisa é algo do passado. Desenvolvo hoje duas linhas de pesquisa cujas preocupações são coerentes com a veloz mudança na virada do milênio; a geopolítica da Amazônia, em que faço a leitura crítica do desenvolvimento sustentável, e Tecnologia e Gestão do Território, que focaliza a dinâmica territorial sob o impacto de novas tecnologias no Brasil.

A colaboração com a definição da política científica nacional e internacional, através da consultoria científica, de administração acadêmica e de participação em comissões internacionais, gerou a organização de redes de intercâmbio com a comunidade científica e constitui uma terceira contribuição que reverte em benefício do crescimento e da projeção do Departamento, da UFRJ e da Geografia.

A última, mas não menos importante, é a criação da moderna Geografia Política no Brasil mediante o resgate da Geopolítica e do conceito de Território. Apesar da Geopolítica ter sido uma prática constante e fundamental na História do Brasil, foi totalmente negligenciada e mesmo repudiada pela Geografia institucionalizada nos cursos universitários. Ultrapassada a fase dos estudos geopolíticos dos engenheiros-geógrafos e/ou militares que caracterizou as primeiras décadas do século, na Geografia, somente contribuíram para esse conhecimento Delgado de Carvalho e Terezinha de Castro, segundo uma concepção convencional. O resgate da dimensão política para a Geografia no Brasil, por mim iniciado nos anos 1960, se fez de forma original; ao contrário de enfatizar as relações agressivas entre Estados a partir de determinações geográficas, teve seu foco na instrumentação do território pelo Estado como forma de rápida e conservadora

modernização, isto é, na dimensão territorial do desenvolvimentismo. A este foco se acrescentou a análise das práticas de resistência dos grupos dominados, e hoje, a Geopolítica do Brasil na nova conjuntura mundial.

Não seria demais afirmar que sou reconhecida internacionalmente na linha de frente desse campo, da mesma forma que no Brasil, onde venho projetado a Geografia Política e a UFRJ através da produção científica, da assídua participação e organização de reuniões científicas multidisciplinares e da consultoria acadêmico-científica. Hoje, tenho a satisfação de ver a Geografia Política ter continuidade e aprofundamento no meu Departamento, e se difundir nos cursos e pesquisas geográficas das diferentes regiões do país.

Em suma, acredito que através de minha vida acadêmico-profissional, estreitamente vinculada ao Departamento a que pertenço, fui capaz de contribuir para a formação de uma escola brasileira de pensamento geográfico.

As raízes

O contexto histórico originário

O embrião do meu pensamento geográfico situa-se na condição de filha de imigrantes judeus pobres, mobilizados da Europa Oriental ainda na segunda década deste século - meu pai, originário da então Moldavia, veio para o Brasil em 1914, antes da guerra, e minha mãe, nascida na Ucrânia, aqui chegou em 1918. A saga dessa imigração relatada continuamente por meus pais e até hoje por minha mãe, ainda viva, marcou decisivamente o sentido de minha atuação. A fuga de uma Europa convulsionada para o Brasil estável, do ambiente estreito e sufocado de pequenas cidades ou aldeias para a capital de um imenso país, cuja tropicalidade era ao mesmo tempo ameaçadora e promissora, teve o significado de busca de ascensão social, de “fazer a América”, enfim, da migração para a fronteira, terra de ninguém onde haveria a possibilidade de ser alguém.

A ideologia teve também o seu papel. Na divisão que então se dava na comunidade de imigrantes judeus da Europa entre “sionistas” e “progressistas”, meus pais faziam parte do segundo grupo. Para os “progressistas”, a comunidade da Diáspora era tão importante quando o Estado de Israel no asseguramento da continuidade do judaísmo só possível num mundo socialmente justo. Sua proposta era, portanto, não a migração para Israel mas sim a integração/preservação, isto é, a participação plena na sociedade e no desenvolvimento dos países acolhedores, sem abdicar do seu patrimônio cultural. Esta proposta se materializou na criação de instituições culturais e assistenciais locais, particularmente escolas laicas onde se procurava transmitir os valores do judaísmo através do ensino do *ídiche*, língua universal, e não do hebraico. Meus pais participaram ativamente da fundação de várias instituições, e eu cursei uma dessas escolas até o terceiro ano primário.

O dilema de como ocupar um espaço integrando-se com liberdade, e o papel do pioneiro na resolução desse dilema foram internalizados e transpostos para o plano acadêmico-profissional orientando não apenas os temas que privilegiei para investigação, mas sim também o núcleo do meu pensamento e de minha atuação dirigidos para a integração “no e do Brasil” através da abertura de fronteiras.

As condições particulares do Brasil foram igualmente decisivas para o sentido de minha trajetória. A realidade ainda em grande parte desconhecida deste país imenso forjado historicamente numa economia de fronteira baseada na aproximação contínua de terras, e marcado por imensas desigualdades sociais e regionais, país em processo de construção, com amplo espaços pouco povoados, constituía em si um fantástico desafio científico e fortalecia sobremaneira a importância da fronteira e do pioneiro desbravador e construtor.

Ademais, nasci e vivi a maior parte de minha vida no contexto do nacional-desenvolvimentismo. Contexto marcado por amplas e rápidas transformações conduzidas por ação crescente do Estado, em que a integração do território teve papel crucial. O território não foi apenas usado como instrumento ideológico para fortalecimento do governo central, mas sim, foi também meta efetiva de modernização econômica e social, seja em períodos liberais, seja sob forte autoritarismo.

A “marcha para o oeste”; a participação do Brasil na guerra contra o nazismo (após hesitação); a criação da Cia. Siderúrgica Nacional; a luta pelo petróleo é nosso são *flashes* de minha infância e adolescência que, acumulados, me transmitiram enorme confiança no crescimento do Brasil. Fortaleceram o papel do território e da fronteira, e acrescentaram ao processo, ainda que inconscientemente, um elemento novo, o papel do Estado, certamente germes de minha orientação para a Geografia Política.

Não por acaso foram criadas nesse momento as instituições básicas de Geografia, os cursos universitários, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que tiveram também o seu papel na minha formação. Ainda adolescente, através dos relatos de minha irmã mais velha, geógrafa Fanny Davidovich, então aluna da Universidade, entrei em contato com essa fase da constituição da disciplina, marcada pela influência dos mestres franceses. Através desses relatos travei contato com a primeira geração carioca de futuros grandes geógrafos, como José Veríssimo da Costa Pereira, Orlando Valverde, Carolina e Hilgard Sternberg; Pedro Geiger, Lysia e Nilo Bernardes, Elza Keller, entre outros. Tratava-se da origem da geografia científica brasileira caracterizada, então, por estudos para o reconhecimento do território. Através desses relatos viajei pelo Brasil participando das vicissitudes das excursões de Ruellan, o que contribuiu não só para ampliar a percepção do desafio científico constituído pelo Brasil como também para afirmar sua imagem de país-fronteira.

Os componentes primitivos dessa raiz que me levou à Geografia e ao sentido de minha trajetória, seriam lapidados na minha formação universitária.

Os aportes da formação oficial

A formação geográfica da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil colaborou para acentuar certos componentes assinalados e introduziu outros. Tratava-se, então, do Curso de Geografia e História e esta associação, e a influência da escola francesa, fortaleceram a visão humanista, e inscreveram definitivamente no núcleo do meu pensamento a noção primordial de processo e a relação espaço-tempo.

Isto não significou perda da concepção da disciplina como campo de conhecimento que investiga o resultado de integração complexa de múltiplas variáveis, sua característica específica. Pelo contrário, a diversidade de disciplinas ministradas por grandes

mestres pioneiros em seus campos de conhecimento como Josué de Castro, Arthur Ramos, Delgado de Carvalho, Francis Ruellan, Hilgard O'Reilly Sternberg, desvelaram a complexidade da Geografia e o seu valor como ciência de integração.

Por sua vez, a ênfase então atribuída à pesquisa de campo e a minha participação nas excursões como *Secrétaire de misère* do Prof. Ruellan e nas do Prof. Sternberg, me permitiram efetuar o reconhecimento de diversas partes do território, inclusive com a problemática do Nordeste numa excursão de um mês em que percorremos todo o estado do Ceará.

Mas a pesquisa de campo teve uma importância maior. Ela me introduziu nas bases de uma metodologia geográfica que reputo de grande valor, constituindo uma herança que incorporei também definitivamente na minha prática acadêmico-profissional, embora com um significado diferente daquele atribuído pelos mestres, como acima exposto.

A formação no contexto da chamada Geografia "tradicional", trouxe, portanto, vários aprendizados enriquecedores ao sentido de minha trajetória, que pude desenvolver num novo patamar.

E foi, sem dúvida, a figura do Prof. Sternberg a que mais me estimulou e com quem mais aprendi, através do contato com a realidade viva e o foco em problemas reais. Seus trabalhos, sobre as enchentes do Vale do Paraíba, sobre o problema da seca do Nordeste o configuravam como um dos pioneiros na pesquisa de problemas geográficos relevantes, e ele me revelou a importância das relações com os geógrafos internacionais.

Passo importante nessa direção foi seu convite para secretariar a Comissão de Recuperação, presidida pelo Prof. Nilo Bernardes, do Congresso Internacional de Geografia da UGI por ele organizado no Rio de Janeiro em 1956, com a colaboração valiosa de vários geógrafos do IBGE e de outras Universidades.

Foi grande o impacto desse Congresso em minha formação. Reconheci, então, o grande potencial dos geógrafos brasileiros, manifestos nos Guias de Excursão ao Congresso que constituíram inestimável contribuição ao conhecimento do país. O contato com geógrafos internacionais famosos como Pierre George e Jean Tricart da França, Chauncy Harris dos E.U.A, e com geógrafos soviéticos, numa das primeiras vezes, senão a primeira, em que compareceram a um evento científico internacional após anos de fechamento, despertou a minha consciência quanto à importância dessa convivência para a atualização do conhecimento sobre a Geografia e o mundo. Esta consciência se fortaleceu com a oportunidade oferecida pelo Prof. Sternberg para secretariar o Curso de Altos Estudos Geográficos por ele organizado logo após o Congresso, ministrado por Pierre Deffontaines, Pierre Birot, Erwin Raisz, Orlando Ribeiro, a professores de geografia de vários Estados brasileiros, entre os quais, me lembro bem, Milton Santos.

O efeito desses eventos se desdobrou em duas novas situações fundamentais para a minha trajetória: o convite para ingressar na Universidade como Auxiliar de Ensino do Prof. Sternberg e o estabelecimento de laços com a UGI, situações das quais até hoje não me dissocie e que balizariam também o sentido de minha atuação.

Livre Docência: a Luta pela Legitimação da Competência

No contexto desenvolvimentista de Kubitschek dinamizaram-se as atividades econômicas assim como as intelectuais. Na Geografia, uma certa divisão de trabalho se

verificava. O essencial da pesquisa era realizado no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ampliando o reconhecimento do território como subsídio à política governamental. A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) florescia com significativo papel na formação de pesquisadores através de suas reuniões anuais. À Universidade cabia sobretudo o ensino e a formação de pesquisadores.

Pesquisa e ensino, ambos, se exerciam no âmbito da Geografia “tradicional” – segundo as escolas das relações homem-meio e da diferenciação de áreas – caracterizando-se pela ênfase em estudos monográficos e descritivos, e pelo fechamento da disciplina em relação às demais. Embora a contribuição resultante fosse essencial para o reconhecimento dos lugares, penso que era insatisfatória para captar a dinâmica que então se processava no país.

Vejo hoje que para captar essa dinâmica e construir e legitimar competência naquele momento exigia vencer uma dupla batalha: desenvolver nova e independente abordagem capaz de incorporar os condicionantes econômico e político, e superar a hierarquia dos geógrafos *seniors* e dos chefes de cátedra e seus assistentes.

Intuitivamente decidi enfrentar a luta em várias frentes. Em fins da década de 1960, o positivismo lógico da “revolução quantitativa” contrapôs às limitações da Geografia tradicional a universidade metodológica mas, embora correto em sua crítica ao empirismo, tampouco dava conta dos processos em curso no meu entender.

Autonomia e aprofundamento foram então por mim assegurados através de dois núcleos de pensamento: a busca das bases da ciência geográfica no caso a Geografia Política e a aproximação com a teoria do desenvolvimento regional, extra-geográfica.

O empenho pelo ensino de graduação

Ao empenho no desenvolvimento da Graduação correspondeu a luta pela construção e reconhecimento da competência visando a integração efetiva no Departamento de Geografia e na Universidade do Brasil. Para tanto, palmilhei passo a passo todas as etapas da hierarquia estabelecida para ascensão na carreira universitária. De Auxiliar de Ensino (contrato anual em 1957 e efetivo a partir de 1958) passei a Instrutor e somente em 1965 assumi a posição de Assistente, em que permaneci por longos anos (até) devido à ausência de vagas para professor Adjunto no Departamento.

Em que pese a importância da formação institucionalizada, o meu aprendizado efetivo da Geografia esteve indissolivelmente associado à minha prática acadêmica a partir de 1957 como professora. Tratou-se de um processo simultâneo de formação e de produção/transmissão de conhecimento, que contribuiu para consolidação do meu pensamento a partir de duas bases.

Primeiro, obedeci às diretrizes do Prof. Sternberg que previa para seus assistentes uma formação segundo a escola geográfica das “relações homem-meio”, para tanto os impulsionando a ministrar disciplinas as mais variadas, envolvendo Geografia física e humana, inclusive em outros cursos da Universidade onde a Geografia era parte integrante do currículo, como o de Jornalismo e de História, já então dissociado da Geografia.

Embora tal diversidade de disciplinas fosse penosa em termos de responsabilidade, reconheço que me privilegiou com uma base bastante sólida de conhecimento do Brasil,

ampliada por viagens de pesquisa e de participação em reuniões científicas. Potencialidades e limitações do território em termos de sua configuração, recursos naturais, população e base econômica, constituíram um substrato importante que, até hoje, referencia a minha compreensão sobre a dinâmica que ocorreu desde então.

Mas à segunda coube o papel central nesse processo simultâneo de formação e de produção/transmissão de conhecimento: a leitura de obras chave, por iniciativa própria. Obras geográficas, entre os quais a de Leo Waibel, Pierre Mongbeig, Orlando Valverde, Manoel Corrêa de Andrade, Lysia Bernardes, e obras não estritamente geográficas que não compunham a bibliografia usualmente recomendada. Trata-se do recurso a historiadores e economistas, sobretudo da obra de Caio Prado Junior que considero um dos baluartes de minha consciência geográfica. A Formação do Brasil Contemporâneo e a História Econômica do Brasil, foram leituras que me fascinaram e me deram o aprendizado sobre o sentido da formação do Brasil, elo capaz de articular o litoral, a vegetação a população, a economia, etc., temas que ministrava no Curso. Posteriormente, a obra de Celso Furtado teve papel semelhante.

Tal incursão extra-geográfica, associada ao autodidatismo e à ousadia, indicava a busca da “fronteira”, reforçada com o interesse e a atuação precoce na pesquisa sistemática, que entendi como condição essencial à vida universitária.

Alterando a orientação da pesquisa no Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil – CPGB

Também na pesquisa palmilhei os degraus hierárquicos do CNPq, mas, nesse caso, a autonomia e o reconhecimento foram muito mais rápidos. No hiato entre minha diplomação e o ingresso como professora na Universidade do Brasil (U.B.), tive bolsa-técnica do CNPq sob a orientação do Professor Sternberg no Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil (C.P.G.B.) passando à categoria de Iniciação Científica nos dois primeiros anos como professora.

O C.P.G.B. representara importante passo para a organização da pesquisa geográfica na U.B., assim como os trabalhos do seu diretor que denunciavam as práticas perversas de uso do solo. A abordagem “homem-meio” utilizada, contudo, deixava de lado a articulação da problemática à conjuntura econômica, política e territorial. Ainda em 1957, iniciei pesquisas individuais sobre o Nordeste do Brasil, uma delas sobre o clima, por sugestão do chefe da cadeira, mas outra sobre o significado dos Vales Úmidos (Anais da AGB, 1966) já por iniciativa própria em face de problemas observados em excursão de estudos, manifestando a preocupação com problemas regionais. Este momento coincidiu com a ida do Prof. Sternberg para Berkeley, a direção do C.P.G.B. passando às mãos da professora Maria do Carmo Corrêa Galvão, auxiliar mais antiga recém chegada de seu Doutorado na Alemanha.

Consegui, então, iniciar com mais autonomia estudos individuais sobre o abastecimento urbano, e logo passei à organização de uma equipe de pesquisas e orientação de bolsistas. Inaugurei o que hoje se denominaria de uma linha de pesquisa sobre o impacto do crescimento urbano-industrial na transformação do campo, particularmente a expansão da pecuária associada à migração do Sudeste do Brasil e já em 1960 passei à

condição de Pesquisador do CNPq. Participavam da equipe a Prof. Maria Helena Lacorte e as então alunas Lia Osório Machado e Maristela Britto, juntando-se depois ao grupo Sônia Bogado e Mariana P. Miranda.

A linha de pesquisa inaugurada trouxe contribuição original sobre a dinâmica territorial do país e se mostrou de grande proveito para o crescimento do grupo. Embora partindo da hipótese de que a mudança nos hábitos alimentares “consumo de carne e leite”, no caso era a responsável pelas alterações que se processavam na organização da produção agropecuária e do espaço, um tanto do modelo de Von Thünen, logo percebi que o processo de expansão da pecuária transcendia o mero mecanismo de mercado consumidor. Pesquisas de campo no norte de Minas Gerais, no Triângulo Mineiro e depois no Oeste de São Paulo, revelaram que tal expansão se relacionava à uma extraordinária valorização de criação de gado no contexto de crise/reestruturação econômica e política dos primeiros anos da década de 1960. A pecuária deixava de se restringir ao seu espaço histórico (campos e cerrado) e passava à condição de produto nobre, competindo com sucesso com a lavoura na abertura das áreas de mata.

Captamos, assim, através de pesquisas durante quase toda a década os primórdios e os elementos cruciais da mudança estrutural que ocorreu na economia brasileira, e a particularidade de modernização do campo. No interregno entre a perda de posição de café como produto rei e o desenvolvimento dos complexos agroindustriais, foi à pecuária que dominou, na medida em que o capital nacional encontrou rentabilidade na apropriação extensiva da terra, processo que se reproduziria posteriormente em novas bases na Amazônia.

Era o primeiro encontro com a fronteira. E o contato com os diferentes tipos de pioneiros que construíram essa história territorial foi, talvez, tão importante para o meu conhecimento do Brasil como a melhor das teorias. No norte de Minas Gerais, o “capitão” Eneas me causou incrível impacto. Antigo “macaco” de Lampião tornara-se empreiteiro da família Dorneles para a abertura da mata e implantação dos dormentes da estrada de ferro estendida de Belo Horizonte até Montes Claros. Bandido e mocinho, o capitão participou do crescimento de Montes Claros depois da chegada da ferrovia e, no computo final, o registro de sua atuação pesou para o lado positivo: a criação da Vila e do município com seu nome.

No Triângulo Mineiro eram diferentes os pioneiros “tradicionais” pecuaristas mineiros, que de tradicional nada tinham. É o caso dos irmãos Nava, jovens donos de fazendas e xarqueadas que, cientes das mudanças decorrentes do Plano de Metas introduzidas pela industrialização e as rodovias, transformavam sua xarqueadas em frigoríficos, especializavam-se na produção do gado fino e, em pequenos aviões, compravam e desbravavam terras de mata no Crixas, em Goiás. Vislumbrei, então o que viria a ser a expansão da grande fronteira na Amazônia, processo que verifiquei também no Oeste de São Paulo e que ratificava as notícias da ocupação da Belém-Brasília. E quem melhor para explicar porque, como e onde crescer, do que Tião Maia, que de simples tropeiro passara a grande fazendeiro e hoje é um dos reis da pecuária na Austrália?

Mas não foram só grandes figuras que escreveram e me ensinaram esta história da fronteira. Também a relataram os meeiros e parceiros expulsos das fazendas, proletarizados plena ou parcialmente e induzidos a migrar pelo Brasil afora. Tomei, assim, contato, com a mudança nas relações de trabalhos e a face perversa da modernização manifesta

no modo pelo qual os fazendeiros utilizaram o Estatuto da Terra e do Trabalhador Rural: queimando os casebres de seus trabalhadores.

A inovação representada por essa linha de pesquisa que detectava no seu nascimento as profundas mudanças em curso, não foi bem recebida pelos geógrafos *seniors* ainda embuidos da Geografia Tradicional. Pelo contrário, apresentada no II Congresso Brasileiro de Geógrafo (1965), foi violentamente criticada e considerada mesmo inverossímil, fato que me abalou profundamente mas não me fez dela desistir.

Formados os alunos que participavam da equipe, uma nova leva de bolsistas se integrou na pesquisa dentre os quais, lembro-me bem, Miguel Farah Neto, Leila Christina Dias, Ana Maria Bicalho, além de João Rua e Marilourdes Lopes Ferreira.

Numerosos trabalhos foram realizados e publicados sobre esse processo (Revista Brasileira de Geografia – R.B.G., 1966, 1969; Boletim da AGB, 1972; Boletim Geográfico do IBGE, 1974; Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado da Guanabara, 1974), dentre os quais destaco dois: “O mercado carioca e seu sistema de abastecimento”, publicado na R.B.G. (1966), na íntegra no Jornal do Brasil, e citado por Antônio Barros Castro nos seus Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira; e *Changing Land Use Patterns in a Developing Country* (R.G., 1969), trabalho da equipe apresentado no Congresso Internacional da Geografia realizado na Índia (1968), que não apenas foi selecionado para a publicação, como elogiado em periódico internacional de renome, o *Geographical Review*, como um dos melhores trabalhos do volume de Geografia Econômica.

No final da década de 1960, contudo, o Brasil mudava e meu interesse se orientava para outra direção. A pesquisa sobre a expansão da fronteira agropastoril ampliou sobremaneira minha visão sobre o Brasil. A expansão desta ampla reorganização do espaço não podia estar contida nos limites estreitos da teoria de Von Thünen. Algo mais do que as forças de mercado comandava a organização do espaço, cujas partes eram interdependentes. Nesse momento, na busca de uma melhor explicação, deu-se o encontro com os trabalhos de John Friedmann, com os quais tive uma enorme identificação. Sua Teoria do Desenvolvimento Polarizado (T.D.P.) oferecia um quadro de referência que respondia às minhas indagações, focalizando a interdependência espacial através das relações centro-periferia e o papel do planejamento no desenvolvimento espacial. A aproximação com a política territorial e o planejamento foi um passo importante na direção da análise sobre o papel do Estado, ainda que na época esta percepção não fosse clara. Para essa clareza, contribuiu uma nova frente de ensino e pesquisa que abri.

Uma nova frente de ensino e pesquisa: o Instituto Rio Branco e a Geografia Política

Um importante elemento de abertura, afirmação própria, e projeção do Departamento de Geografia foi o fato de assumir a responsabilidade pela cadeira de Geografia no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.) do Instituto Rio Branco (I.R.B.), Ministério das Relações Exteriores, em 1966.

Esta cadeira havia sido ocupada por geógrafos brilhantes como os Profs. Sternberg e Arthur Weiss, precocemente morto. Recorrendo o I.R.B. à Universidade para preencher a

lacuna deixada, optou por aceitá-lo, por razões financeiras, é verdade, mas também pelo desafio do novo, a que novamente me levava a ousadia.

A experiência desafiadora foi vital para meu amadurecimento acadêmico com influência decisiva para o curso de Geografia da Universidade por vários motivos. Primeiro, porque significou o reconhecimento precoce como Titular fora do âmbito da hierarquia universitária, com plena autonomia. O C.P.C.D. exigia candidatos que já houvessem concluído o segundo ano de graduação e, ainda assim, se submetessem a rigoroso exame vestibular. Seus professores eram, “escolhidos dentre pessoas de reconhecido saber especializado em sua matéria” segundo parecer do Conselho Federal de Educação que, reconhecendo o alto nível do C.P.C.D., atribui ao I.R.B. a designação de estabelecimento de ensino superior.

Segundo porque logo no ano seguinte, em 1967, fui envolvida pelo movimento de modernização do ensino que então se iniciava, e que afetou também o I.R.B., colaborando com o novo diretor Embaixador Antônio Corrêa do Lago na reorganização do curso. Tornou-se claro para mim que o vasto programa de Geografia Econômica, Política e Humana até então vigente, pouco tinha de político, este sim, campo essencial para a formação dos futuros diplomatas brasileiros. Tive, então, papel que reputo importante implantei a cadeira de Geografia Política no I.R.B. criando um programa totalmente inédito no país, contrariando inclusive, a orientação técnica sugerida inicialmente pela direção do Instituto. Mergulhei na Geografia Política clássica, que não me satisfaz, e recorri às hipóteses geopolíticas e geoestratégicas sobre as relações entre os Estados, tomando pela primeira vez contato com obras clássicas de grandes geógrafos como F. Ratzel, H. Mackinder e J. Gottmann pouco ou nada referidos nos cursos universitários. Era o primeiro passo na opção pela Geografia Política cujo estudo e programa aprimorei com a teoria do Desenvolvimento Polarizado.

Terceiro, porque me ofereceu a oportunidade de um contato direto com a diplomacia, segmento fundamental do aparelho de Estado no contexto do Brasil “Potência”, significado a um tempo aprendizado crítico e contribuição para a formação de quadros. Convivi com alunos brilhantes vindos de diferentes regiões do país, que muito estimularam a minha reflexão e o avanço na construção da Geografia Política. Convivi também com vários embaixadores que se sucederam na direção do I.R.B. onde permaneci por dez anos, com quem aprendi um novo modo de ver o Brasil, favorecendo a minha análise crítica, capaz tanto de apreciar o esforço nacional pelo desenvolvimento como de apontar as perversidades da via escolhida para alcançá-lo.

Acredito ter tido influência nessa geração de diplomatas através de uma nova Geografia Política adequada aos novos tempos do sistema mundial e sobretudo do Brasil, que lhes permitiu compreender a enorme e rápida transformação em curso no país, com suas limitações e suas potencialidades, e a posição do Brasil no mundo. Quando da mudança do I.R.B. para Brasília em 1976, em enquête realizada entre os alunos visando a sua reorganização, a Geografia Política foi eleita como a melhor disciplina do curso, e o programa que criei permaneceu por vários anos em vigência.

Finalmente, porque essa experiência foi trazida para Universidade, permitindo enriquecer não só a minha atuação como o próprio curso. Ela me permitiu introduzir uma nova concepção da Geografia como ciência política através do ensino e da pesquisa que, gestada no I.R.B. florescia na Universidade nas décadas de 1970 e 1980, terminando por

se constituir como uma das faces que hoje individualizam o Departamento de Geografia da UFRJ na comunidade geográfica brasileira.

Ação junto à comunidade científica: a AGB e a UGI

A participação sistemática em reuniões científicas foi uma frente de atuação desenvolvida desde o início de minha vida acadêmica com o sentido de abertura, aprendizagem e de testar e validar a minha competência no seio da comunidade científica nacional e internacional.

Particpei ativamente das Assembleias e Congressos da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) desde 1958 e por toda década de 1960, e pude comprovar o verdadeiro papel de escola que exercia. Até 1964 fui tratada como aluna, participando de grupos de pesquisa organizados para reconhecimento da área onde se realizava a reunião sob a direção de um geógrafo renomado. Pude, assim, fortalecer a metodologia da pesquisa de campo e conhecer realidades diversas do país. A partir de 1965 minha posição mudou a duras penas; embora questionando minha pesquisa, atribuíram-me responsabilidades como secretária de Simpósio, co-dirigente de excursão e, finalmente, em 1968, a chefia de um grupo na área de Montes Claros, tendo em vista a pesquisa que realizara sobre a expansão da fronteira pastoril. Era o início do reconhecimento pelos pares, e ainda nesse ano tornei-me sócia efetiva da AGB, condição, na época, só oferecida a geógrafos de reconhecido valor.

Data dessas reuniões o estabelecimento de laços com geógrafos de outras universidades e do IBGE, como Lysia Bernardes, Mário Lacerda de Melo, Manoel Corrêa de Andrade, José Araújo Filho, Carlos Augusto F. Monteiro e Lea Goldenstein.

Com o mesmo sentido iniciei a construção da rede de relações com geógrafos internacionais através da UGI, participando de seus Congressos em toda a década. O congresso da Índia, em 1968, foi para mim um marco. Meus trabalhos foram selecionados para publicação, fui convidada a presidir uma sessão do Simpósio sobre População, tive contato com grandes geógrafos, como Brian Berry e ampliei as informações sobre a Teoria e Política de Desenvolvimento Regional, novo tema de meu interesse.

O reconhecimento de minha atuação foi selado com a criação na UGI, da Comissão Internacional sobre Aspectos Regionais do Desenvolvimento e a atribuição da sua presidência e secretaria a geógrafos brasileiros, respectivamente o Prof. Nilo Bernardes e eu. A partir daí, ingressei definitivamente na comunidade geográfica internacional como geógrafa brasileira da U.B.

Participação na reorganização da universidade. Enfim, a legitimação

O caminho autônomo e difícil trilhado para alcançar a competência e seu reconhecimento revelava-se frutífero da década de 1960. Sentia que vencera esta etapa; era titular no Rio Branco, chefe de Pesquisas pelo CNPq (1970), e reconhecida pela comunidade geográfica nacional e internacional através de uma crescente produção científica.

Vivia-se então no Brasil o movimento da modernização universitária e regularização ou implantação dos cursos de pós-graduação em moldes norte-americanos, como parte

da prioridade atribuída à C/T pelo governo e que culminou com a criação do SNDCT e do FNDCT na década de 1970. Criada a UnB e a U.B. transformou-se em Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Participei ativamente dos trabalhos de reorganização da Faculdade Nacional de Filosofia que terminaram por conduzir, contra a minha vontade e de vários colegas, à inserção da Geografia no Centro da Ciência da Matemática e da Natureza, compondo com a Geologia, Meteorologia e Astronomia, os quatro Departamento do Instituto de Geociências, então criado (IGEO).

Nesse momento cogitou-se da implantação do curso de Mestrado em Geografia na UFRJ, marco de uma nova etapa. Colocou-se então um dilema para mim como, em face da autonomia e competência conquistadas a duras penas e do potencial que possuía para colaborar nessa nova etapa, submeter-me à condição de aluna do Mestrado, pois segundo as novas regras somente Doutores poderiam compor o quadro de professores.

Foi nesse contexto que realizei o Concurso para Livre Docência no IGEO da UFRJ, concurso em que legitimou a minha competência pelo título de Doutor, necessário à continuidade e aprofundamento de minha vida acadêmico-profissional e ao desenvolvimento do Departamento de Geografia da UFRJ.

A possibilidade de realizar o concurso decorreu de um feliz e oportuno acaso. Coisas da Universidade. Nós da Geografia, soubemos por informação vasada, que o concurso para Livre Docência estava aberto no IGEO para atender à situação de alguns professores da Geologia, Departamento então liderado pelo Prof. Othon Henri Leonardo. A esta altura, faltavam três meses para o encerramento do prazo da inscrição, mas resolvi enfrentar o desafio, que representava a solução do meu dilema.

Como preparar uma Tese em três meses, prazo posteriormente dilatado para seis? Integrando os conhecimentos empíricos adquiridos na linha de pesquisa sobre a expansão da fronteira agropecuária, com o novo interesse pela teoria e política do desenvolvimento regional. Onde melhor aplicar esse conhecimento e o *know-how* adquirido? No norte do Espírito Santo, onde, segundo nossa hipótese, a política de erradicação do café estaria sendo acompanhada pela expansão da pecuária, num processo de reorganização e articulação do espaço sob o comando não mais do mercado externo, mas sim de um centro nacional. Desejo aqui registrar a minha gratidão a Lysia Bernardes, colega e amiga que me apoiou e estimulou a enfrentar esse desafio quando a maioria de meus colegas era cética quanto a esse concurso.

A hipótese mostrou-se correta e, com base em pesquisa de campo no município de Pancas, antiga zona contestada por Minas Gerais e Espírito Santo, quase em pé de guerra contra o Instituto Brasileiro do Café, instituição cuja prática conheci de perto, pude concluir a Tese em tempo hábil.

Toda a minha formação geográfica e as questões que a nortearam estão presentes nessa Tese (IGEO, 1970; R.B.G., 1973). O município de Pancas é analisado sob vários ângulos. Ao nível das relações sociedade-natureza, o que me permitiu identificar o que fora verificado por Humboldt e Troll na América Central e nos Andes a terra quente, temperada e fria, como integrações ecológicas complexas. Ao nível das formações territoriais contemporânea do Brasil e do papel da fronteira nesse processo, cada vez mais acelerado. O norte do Espírito Santo, em quarenta anos apenas, passou de fronteira à região deprimida e estagnada, de “Ilha” cafeeira voltada para a exportação, à área articulada ao mercado interno, fornecedora de carne e leite e, sobretudo, de mão de obra

para o crescimento metropolitano e para a abertura de matas na nova fronteira que se abria na Amazônia. Foi através de registros de um vereador local que pude construir fluxos do destino de emigrantes de Pancas expulsos pela crise do café, que, anos depois, emocionada, encontrei em Vilhena, MT, porta de entrada de corrente de imigrantes que se destinava à Rondônia!

Não por acaso a Tese recebeu o elogio do governador do Estado do E.S., que a considerou subsídio importante para os planos de desenvolvimento estadual. E ela foi passo fundamental para o avanço na construção de uma Geografia Política Brasileira.

Se a oportunidade do Concurso foi fortuita, seu significado, pelo contrário, foi amplo, profundo e consistente. Ele significou a consciência da responsabilidade para com o aprimoramento do ensino superior e da importância dos concursos públicos nesse processo. Significou também a conscientização do real valor desse título “Livre Docente” na tradição universitária, cujas raízes remontam à Universidade Alemã: liberdade acadêmica.

Múltiplas circunstâncias se cruzaram, assim, para a coerência de obtenção do meu título de Doutor através da Livre Docência, num concurso de quatro provas escrita, de aula “ambas com ponto sorteado”, de títulos e defesa da Tese pública no salão nobre da velha Escola de Engenharia do Largo São Francisco. Provas examinadas por Othon Henri Leonardo, Fábio Macedo Soares Guimarães, Pedro Geiger e Maria do Carmo C. Galvão.

Legitimada minha competência universitária, pude ingressar em nova etapa de produção acadêmica; agora, contudo, não mais buscando a fronteira, mas sim encontrando e abrindo fronteiras.

Abrindo Fronteiras na Universidade

A tentativa de dominar o vetor científico-tecnológico e a ocupação da Amazônia foram prioridades estratégicas de modernização conservadora dos anos 1970, com forte impacto na Universidade e no Território.

No período que se estende 1970 a 1985 fui solicitada a colaborar na implantação da Pós-Graduação, tanto no Departamento de Geografia como no Instituto de Geociências e na própria Universidade, no âmbito da Reforma Universitária. Tendo competência legitimada, pude participar amplamente nesse processo, abrindo fronteiras no ensino, na pesquisa e na administração acadêmica, como Diretora de Pós-Graduação e Pesquisa do IGEO por dez anos, e como membro do Conselho para Graduandos e Pesquisa da UFRJ (CEPG) por quatro anos. Simultaneamente, deu-se nesse período o encontro com a grande fronteira Amazônica e se firmou a minha orientação para a Geografia Política independente, portanto, das novas tendências que se definiram na disciplina: a quantitativa e, a partir de 1978, a Geografia crítica marxista. Aprendi, contudo, com a primeira a dar mais valor ao rigor da investigação e, com a segunda a fortalecer a visão crítica e dialética. Para esse aprendizado crítico em que despendi longos anos, muito contribuiu a obra geográfica de David Harvey em sua rápida, porém consubstanciada passagem do positivismo lógico para o materialismo dialético. Foi, porém, mais uma vez, em obras extra-geográficas que obtive os maiores subsídios para fortalecer o meu pensamento.

A fronteira no magistério: o mestrado em geografia

Merece registro o fato de ter permanecido como Assistente de 1965 até 1977 por falta de vagas. Em outras palavras, por 12 anos! Somente em 1976 foram liberadas duas vagas para o Departamento, e num concurso com três candidatos obtive o primeiro lugar.

Isto não impediu as inovações introduzidas no ensino, de vários tipos. Na graduação diz respeito à colaboração na reorganização do currículo, à iniciativa de criar um setor de Geografia Regional, envolvendo o mundo e a América Latina, e à implantação de novas disciplinas, um enriquecimento decorrente de minha experiência na pesquisa e no Instituto Rio Branco.

Mas a grande inovação se refere à implantação do Curso de Pós-Graduação em Geografia ao nível de Mestrado em 1972. Atuei não apenas no pequeno grupo que estabeleceu sua concepção e diretrizes entre 1970-72, constituído por Maria do Carmo Galvão, Lysia Bernardes, Terezinha Segadas Soares, Jorge Xavier da Silva e eu, mas sim em quatro cruciais níveis da prática do Curso.

Primeiro, na implantação e ministração de disciplinas inovadoras. Participando da disciplina chave do Curso juntamente com outros colegas, rumos atuais da Geografia, logo passei a ser única responsável por longos anos sob a denominação da Teoria da Geografia, de acordo com a Comissão de Pós-Graduação. Implantei disciplinas sobre o desenvolvimento regional, tema essencial a um país de dimensão continental com desigual nível de desenvolvimento. Essa iniciativa foi fruto da experiência integrada que havia acumulado através da pesquisa, do ensino IRB e da função de Secretária da Comissão sobre 'Aspectos Regionais do Desenvolvimento', da UGI. Programas inéditos foram estabelecidos, com base na 'Teoria do Desenvolvimento Regional' proposta por grandes nomes como Albert Hirschmarm, Gunnar Myrdal, Douglas North, John Friedman, visando sua análise crítica face aos países em desenvolvimento. Embora optativa, essa disciplina era cursada, em média, por 90% dos alunos tanto da área física como da humana.

Segundo, no asseguramento da qualidade do Curso em sua fase inicial, mediante o convite a professores visitantes selecionados, nacionais e estrangeiros. Pude, então, reverter para benefício direto do Departamento da Universidade, os contatos que estabelecera na minha rede de relações externas. Por minha iniciativa foram convidados professores do CEDEPLAR, da Universidade Federal de Minas Gerais, que lidavam com a economia espacial; foram também visitantes pesquisadores proeminentes da Geografia Internacional, como Walter B. Stöhr (do Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade de Economia de Viena), Akin Mabogunge (da Universidade de Ibadan, Nigéria), colegas da comissão da UGI em que atuava. Mais tarde, em 1982, aproveitando a realização da Conferência Regional da UGI no Brasil, organizei um curso intensivo de quinze dias com os Professores Miguel Morales (San José da Costa Rica), Edward Soja (U.C.L.A.), Arle Schachar (Jerusalém) e Walter B. Stöhr (Viena).

Terceiro, na iniciativa de organizar a publicação de trabalhos docentes e discentes realizados no Curso, sob a denominação de Cadernos de Mestrado.

Finalmente, mas da maior importância, na orientação das dissertações de Mestrado. Essa função se caracterizou pela grande diversidade de temas decorrente de necessidade de atender, nessa fase, aos próprios professores do Departamento que constituíram a

primeira leva de alunos do Curso, e que possuíam interesses diversos. Algumas dissertações, contudo, já se inseriam nas linhas de pesquisa que coordenava, a antiga, sobre a transformação agropecuária, e a nova, sobre desigualdade regionais e a Amazônia.

A fronteira na pesquisa

O encontro com a fronteira, literalmente, marcou essa fase da pesquisa, manifesta na investigação da Amazônia e na afirmação da Geografia Política, através das pesquisas sobre a estrutura espacial do Brasil e as desigualdades regionais do desenvolvimento.

A expansão da fronteira na Amazônia fora vislumbrada nas pesquisas sobre a expansão agropecuária. Passou a ser melhor compreendida pela 'Teoria do Desenvolvimento Polarizado', que já havia utilizado na Tese de Livre-Docência inaugurado uma nova linha de pesquisa difundida em inúmeras publicações (UGI, 1971; Conferência Nacional de Geografia e Estatística - CONFEGE, 1972; IPR, 1974, 1976, Geoforum, 1976, R.B.E.P., 1978). Considero o artigo "Crescimento Econômico e Estrutura Espacial do Brasil" (R.B.G., 1972) como a contribuição marcante desta fase; retratando a nova dinâmica espacial sob o comando do desenvolvimento do centro inovador localizado no Sudeste do país, identifica os tipos de regiões que compunham o sistema espacial nacional em substituição ao antigo "arquipélago" econômico, e já assinala a fronteira. Trata-se de um artigo com grande impacto e difusão no meio geográfico e não geográfico, sendo ainda hoje importante base de referência sobre o conjunto do espaço brasileiro.

Mas a pedra de toque que desencadeou a linha de pesquisa sobre a Amazônia foi a viagem de estudos que realizei com os alunos do I.R.B. Viagem que correspondeu à minha insistente sugestão aos diretores do Curso, tendo em vista a necessidade de colocar os futuros diplomatas em contato mais direto com a realidade do país. Em 1973, finalmente, a direção, promoveu o "Projeto Cisne" com vistas à observação da fronteira Brasil-Bolívia, e me convidou para dela participar. Empenhei-me com os alunos na preparação da viagem, inclusive na preparação de questionários para captar as relações centro-periferia, meta frustrada pela interferência do Projeto Rondon que estabeleceria o seu próprio programa, mas que não impediu o meu encontro com a fronteira.

Foi fantástico o impacto dessa viagem por Corumbá, Cáceres, Guajará Mirim (brasileira e boliviana), Porto Velho, Rio Branco e Manaus, onde tive contato com a magnitude da natureza, as rápidas volumosas e amplas correntes migratórias que resultavam no inchamento da velha cidade de Cáceres ou se dirigiam para Rondônia via Vilhena, e com a estratégia do governo federal para a ocupação da região e para articulação do território. Vivia-se o momento do Brasil "Grande Potência", que claramente se inscrevia no território. Um artigo publicado em 1974, que se tornou clássico, reconhecido por colegas de outras disciplinas - "A Amazônia na Estrutura Espacial do Brasil" (R.B.G., 1974) - deu conta desse processo. Analisei em detalhe as forças política e econômica e as formas de sua atuação, os impactos decorrentes ao nível regional e o significado desse processo ao nível nacional. Uma nova oportunidade de pesquisa de campo em 1975 me foi oferecida como assessora do projeto sobre o Impacto da Belém-Brasília no Desenvolvimento Regional, do Instituto de Pesquisas Rodoviárias (IPR) e o PUR/COPPE quando, percorrendo toda a rodovia,

descobri feições específicas e novas da fronteira tais como o contexto urbano em que se expandia associado à mobilidade do trabalho.

A partir daí, dediquei meu esforço ao estudo da Amazônia, buscando captando a complexidade e a magnitude da escala e do ritmo do processo de sua ocupação. Organizei uma equipe de pesquisa já agora incluindo mestrandos. Lia O. Machado como mestranda e depois colega, foi colaboradora inestimável nessa fase, assim como Mariana Miranda, Maria Helena Lacorte, Júlia A. Bernardes, e outros alunos de graduação e pós-graduação. Em menos de uma década, entre 1974 e 1981, concentrando as pesquisas no norte de Goiás (hoje Estado do Tocantins), sudeste e sul do Pará, aprofundi a investigação incluindo a questão da terra e os profundos conflitos inerentes ao processo de integração.

O livro "Geopolítica da Amazônia", (Zahar, 1982) enfeixou os artigos elaborados e publicados nessa fase e marcou a mudança na minha orientação. Pela primeira vez assumi no título do último artigo e do próprio livro, o que já analisava há muito: a Geopolítica. O livro tem dois momentos nítidos, o primeiro capta elementos do processo conduzido pelas políticas governamentais, e o segundo repensa a fronteira com uma visão muito mais crítica, denunciando as inadequações dessas políticas e da teoria que lhe deu suporte, expressas na instabilidade dos pequenos produtores, no anulamento dos desejos, de potencialidades e criatividade das populações locais. Nesse segundo momento, entendi a necessidade de participar da discussão de questões fundamentais sobre a via de desenvolvimento do país numa aproximação maior com outros cientistas sociais, repensando a fronteira no contexto do atraso relativo da agricultura e da mudança das relações de trabalho. Verifiquei as contradições e as outras formas de poder atuantes em outras escalas que não apenas a do Estado-nação, e que nele atuam. Superei a visão funcional da T.D.P. substituindo-a por uma visão dialética.

Pesquisas no Mato Grosso e em Rondônia, por sua vez, revelaram a diversidade das formas da ocupação regional.

Dentre os numerosos artigos que se seguiram, destaco dois publicados em 1985: "Os deserdados da terra – migrações e conflitos na Amazônia" (CH e CENEP 1986), contribuição para o conhecimento da mobilidade do trabalho ao nível teórico e empírico e "A fronteira em fins do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia" (Espaço e Debates e Avery/Gower 1987), que sistematiza os elementos específicos da fronteira no final do século, encerrando uma e iniciando nova etapa nessa linha de pesquisa.

Algumas das contribuições ao conhecimento e à desmistificação da fronteira, referenciadas ao debate que então se tratava, podem ser identificadas nessa fase. Primeira, a dimensão Geopolítica. Em contraposição às interpretações fundadas apenas na acumulação do capital, tornei evidente a articulação do processo regional a uma política nacional dirigida para a rápida modernização do país, em que o território foi instrumento chave (UGI 1978; Zahar 1982; Espaço e Debates 1985; *Cahiers des Sciences Humaines*, ORSTOM - CSH 1986; Croom Helm 1987). Segunda, em decorrência da primeira, o novo conceito de fronteira adequado ao novo momento histórico. Ao contrário de retaguarda, refúgio para certos grupos, ou mera frente territorial de expansão demográfica e econômica, a fronteira foi entendida como vanguarda, espaço onde se sucedem rapidamente inovações dirigidas pela estratégia estatal constituindo uma fronteira de recursos

nacional e mundial (UNESP 1978; Anuário do IGEO - AIGEO 1978; *Regional Dialogne*, UNCRD - RD 1980; *Ciência Hoje*, SBPC - CH 1982; *Centro Internacional de Formacion em Ciências Ambientales, Nações Unidas* - CIFCA 1983; *United Nations Centre for Regional Development* - UNCRD 1985).

Terceira, a negação da fronteira como *locus* do campesinato tradicional que, ao contrário de constituir um bloco monolítico, se diferencia no processo migratório para atender às exigências da modernização, às estratégias de sobrevivência e às aspirações de ascensão social, gerando conflitos igualmente diferenciados na apropriação da terra e entre o próprio grupo “camponês” (RBG 1978; UGI 1982; *Rural Systems* - RS 1985; UNCRD 1985; Sterling 1986). Quarta, a negação da fronteira agrícola apregoadada no discurso oficial; a Amazônia foi sobretudo uma fronteira urbana e sua ocupação se deu num contexto de urbanização associado à mobilidade do trabalho. Os núcleos urbanos foram a base logística, intencionalmente criada, para a atração de migrantes e sua transformação em mão de obra móvel necessária à implantação das atividades produtivas (RBG 1976, 1979, 1985; UGI 1980; *Boletim Carioca* - BC 1981; *Ciência Hoje*, SBPC - CH 1985; CENEP 1986).

Quinta, em que pese a perversidade do processo de ocupação, ele alterou a face da região. O afluxo demográfico, as atividades produtivas, os equipamentos territoriais e as redes de circulação e comunicação, em meio a intensos conflitos, resultaram em sua integração e, inclusive, numa nova regionalização interna (*Espaço e Debates*, NERU - ED 1985; *Encontro Nacional de Geografia Agrária* - ENGA 1985; *Associação Alemã de Pesquisas sobre a América Latina* - ADLAF 1986).

Tudo isto pude aprender através da leitura de forma específica da apropriação do território no Brasil, sua grafia, para a qual o contato direto com os atores dessa história foi fundamental. A fronteira tornou-se para mim o espaço privilegiado de pesquisa não apenas por sua relevância intrínseca, mas também por sua condição de espaço de projeção para o futuro. Nesse tipo de espaço, em redefinição, é possível captar antecipadamente, o processo de mudança em curso no país e os seus agentes com toda a crueza e a transparência em que regiões de povoamento mais complexo e cristalizado são mais difíceis de detectar.

A fronteira me conduziu à pesquisa sobre o Brasil como um todo, e a sua posição no mundo, esboçando-se uma nova temática de investigação. Através dessa pesquisa captei com grande antecipação, sem modéstia, a crise do Estado e sua manifestação territorial. No artigo “O Uso Político do Território: Questões a partir de uma Visão do Terceiro Mundo”, (UGI 1982 e UFRJ 1983), entro francamente no debate sobre a Geopolítica e coloco como questão básica do final do século XX a natureza e o destino do Estado. Aponto a insuficiência tanto da teoria neoclássica quanto da marxista para a análise das relações entre espaço e poder, lançando a necessidade de reconhecer que o poder é multidimensional e de resgatar o conceito de território negligenciado pelos geógrafos que estavam, então, empenhados em definir o espaço como objeto da Geografia. As novas estratégias da empresa e do Estado, seus conflitos, bem como a estratégia dos grupos sociais dominados são analisadas para revelar a emergência de novas territorialidades que tendiam a limitar e a fragmentar a ação governamental. Apontei, igualmente, a crise do planejamento e a tendência à descentralização num artigo complementar publicado no país e no exterior, “A crise do Estado e a Região: a Estratégia de Descentralização em Questão” (UFRJ 1984; *Environment and Planning D, Society and Space* - EPD 1985; RBG 1986).

Reputo estes trabalhos como constituindo uma contribuição importante para a Geografia Política em geral e do Brasil em particular, e sua temática vem sendo aprofundada em vários outros artigos e livros, até os dias de hoje.

A interação da pesquisa Fronteira-Brasil-Mundo, se manifestou por sua vez, no aprofundamento da investigação sobre a fronteira. Passei a compreender melhor o significado da Amazônia no contexto do Brasil e do mundo e procurar uma nova interpretação teórica que encontrei em A. Gramsci, M. Foucault, e, sobretudo na obra de Henri Lefebvre que contribuiu decisivamente para ampliar o núcleo do meu pensamento.

Afirmou-se também o reconhecimento da pesquisa, difundida em reuniões científicas e publicações, no Brasil e em periódicos nacionais e estrangeiros, e expressa na coordenação de projetos financiados pelo CNPq, pelo CEPG e pela FINEP.

A fronteira na administração acadêmica

Apesar de ter continuamente participado na administração acadêmica através da reforma universitária, implicando na organização de cursos e do próprio IGEO, na representação nos corpos deliberativos do Departamento e da Pós-Graduação em Geografia, na Câmara de Estudos Brasileiros e na suplência dos Livres Docentes na Congregação, nunca havia assumido o cargo formal de chefia o provavelmente por falta de empenho e também pela hierarquia existente.

Pulei rapidamente, no entanto, etapas nessa função. Em 1976, o Diretor do IGEO me convidou para assumir o cargo de Diretora Adjunta para Pós-graduação e Pesquisa do Instituto, envolvendo os seus quatro departamentos: Astronomia, Geologia, Geografia e Meteorologia.

Foi o início de uma nova frente de atuação na Universidade que quase me levou a fazer carreira na administração. Permaneci por dez anos nesse cargo, e mais, já em 1979 fui eleita no Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) como sua representante no Conselho para graduação e Pesquisa (CEPG) da UFRJ, atestando o dinamismo que imprimi ao IGEO.

Estabeleci, então, uma estratégia deliberada para dinamização do IGEO. O passo inicial seria organizar e fortalecer a Pós-Graduação em Geologia, considerado pela UFRJ, CAPES, CNPq como o de maior valor estratégico e que, na ocasião estava totalmente desarticulado. E, nesse contexto, fortalecer a Geografia e os demais Departamentos e promover a integração do IGEO como instituto.

Os elementos dessa estratégia, plenamente cumprida, foram os seguintes. Primeiro através de contatos na administração superior na UFRJ, e na CAPES e no CNPq em Brasília, obtive carta branca para contratação de Doutores, inclusive do exterior, e vagas nos programas de Geologia e Geografia. Vários professores vieram então compor o quadro da Pós-Graduação em Geologia e na Geografia, pude obter a contratação e a colaboração inestimável de Milton Santos e Maurício de Abreu.

Segundo, recuperando o Programa de Geologia, mediante a integração de professores que se achavam completamente distantes e isolados, e reorganizando o currículo, os setores e os laboratórios de pesquisa. Terceiro, estabelecendo as normas e o regimento da Pós-Graduação no IGEO, com a colaboração essencial de Marcus Aguiar Gorini,

além de Josué Alves Barroso e mais tarde Joel Valença. Quarto, iniciando projetos institucionais de pesquisa financiados pela FINEP, tanto para a Geologia como para a Geografia, que já recebera este auxílio, mas para a implantação do Curso, e a partir de então orientando-se para a pesquisa.

Finalmente, promovendo seminários internos interdepartamentais para apresentação das pesquisas, bem como publicações referentes a essas atividades: o catálogo de Pós-Graduação do IGEO, com auxílio de Prof.^a Maria Helena Lacorte, que teve duas edições, e o Anuário do IGEO que, após uma pausa, persiste até hoje.

Os resultados foram extremamente positivos. Ao nível interno, o IGEO passou a existir como uma unidade, na medida em que os professores dos diversos Departamentos passaram a se conhecer e se relacionar e a pesquisa a se desenvolver. Ao nível externo, foi recuperada com elogios, a imagem do IGEO e da UFRJ.

Nos últimos dois anos da minha função no cargo, contudo, já decidira que não seria esse o caminho mais forte da minha atuação. Sentia falta do aprofundamento na pesquisa, que só pode ser mantida nesse período, por uma grande força de vontade.

As frentes externas

Ao nível do magistério, além do I.R.B (até 1975), fui convidada a implantar a cadeira de Geografia Política e Econômica no Curso de Direito e Relações Internacionais, Legislação e Comércio Exteriores organizado pela Fundação Getúlio Vargas, cadeira que regii como titular durante três anos.

Ampliei a rede de relações com as instituições geográficas nacionais e internacionais e com instituições não geográficas. Fui membro do Conselho Diretor da AGB, participei de e colaborei com suas reuniões científicas até 1979, quando, por força da polarização ideológica passei a ser marginalizada juntamente com grande parte dos geógrafos. Participei da grupos de trabalho com o IBGE. Ao nível internacional, integrei como diretora da *Conference of Latin American Geographers* (CLAG) em 1978, e fui reeleita como Secretária da Comissão *Regional Systems and Policies Aspects of Development* (RAD).

Tornou-se mais clara uma frente de atuação referente à iniciativa de organizar eventos científicos, ampliando esse tipo de trabalho que já realizava no planejamento e coordenação de cursos e da pesquisa. Em 1971, em Vitória (E.S). Eleita Secretária da Comissão Nacional do Brasil da UGI em 1977, fui responsável pelo Programa Científico da Conferencia Regional Latino-Americana da UGI (1982), evento organizado com grande esforço frente à recessão econômica e ao boicote de geógrafos radicais. Devo registrar o elogio ao Programa Científico feito em respeitável período estrangeiro. Além disso, organizei um simpósio, a reunião da minha comissão em Belo Horizonte, com o apoio do Secretário de Planejamento Paulo Hadad e do Instituto João Pinheiro, e, imediatamente à Conferência, um curso de Altos Estudos com quatro professores estrangeiros para benefício da Pós-Graduação em Geografia.

Importante frente resultante desse evento, foi um convite de Jean Gottman para integrar um grupo de visando a criação de uma comissão de estudos na UGI. Sobre Geografia Política, que se concretizou com a denominação de *The World Political Map* em 1984, a que pertenço até hoje.

Ao nível da pesquisa, Três fatos foram marcantes. Primeiro, a participação com o IPR/PUR na pesquisa para avaliação do impacto da rodovia Belém-Brasília no desenvolvimento regional (já referida). Segundo, o convite do *United Nations Centre for Regional Development* (UNCRD) de Nagoya, Japão, para participar de um projeto de dois anos sobre *Rural Development Problems, Policies and Perspectives*, desenvolvido em nove países com o objetivo de estabelecer um novo desenho para o desenvolvimento regional. Os resultados de projeto foram amplamente divulgados, e o quadro de referência comparativo que ofereceu foi essencial para aprofundar a análise sobre Problemas do Brasil e sobre sua posição no mundo. Terceiro, o convite do Prof. Michael Dear para organizar um número especial do renomado periódico *Environment and Planning D, Society and Space* (EPD) sobre crise do Estado e do Planejamento, onde incluí textos do Simpósio que coordenei bem como de Otávio Velho e Conceição Tavares. Configurou-se ainda, outro tipo de iniciativa; a editoração em vários níveis; cadernos de Mestrado em Geografia, Catálogos de Pós-Graduação e Anuário do IGEO; dois volumes sobre Geografia Política: Um contendo as contribuições do simpósio que coordenei sobre o uso político do território ampliado pelo curso de altos estudos, seguido por outro, com várias contribuições docentes e discentes; o número do EPD.

A consultoria ao CNPq, CAPES, MEC foi igualmente iniciada como partes de frente que teriam continuidade em novos patamares. Percebo hoje, o significado desta atuação somada à administração acadêmica e à participação em comissões internacionais: colaboração na definição de política científica nacional e internacional.

O mesmo significado em novos patamares

A partir de meados da década de 1980, embora guardando o seu sentido original, minha atuação vem se modificando em decorrência do contexto histórico que aceleradamente redesenha o planeta e o Brasil, e do nível de maturidade alcançado. Trata-se da consolidação das fronteiras desbravadas como base para abertura de novas.

Tal mudança não pode ser dissociada da crise econômica e política do Estado transmitida ao tecido social no Brasil, e da desordem global caracterizada no final do milênio. Nesse contexto, a Geopolítica assume maior relevância, devido à dificuldade de explicar o mundo contemporâneo pelas teorias convencionais, e ao fato de no Brasil, o esgotamento do projeto desenvolvimentista, as lutas sociais e as tendências globais assumirem nítida manifestação territorial. Acresce que, superada a polarização ideológica, a comunidade geográfica passou a aceitar o pensamento pluralista, inclusive a Geopolítica.

Trata-se, pois de uma mudança em resposta ao esforço necessário de reflexão e ação para compreender a crise/reestruturação e definir uma projeto nacional a partir da nação. Assumi pensar o Brasil, com base no grande conhecimento adquirido através da leitura, do sem número de viagens para pesquisa, reuniões científicas, cursos, bancas de exame, etc. Assumi plenamente a Geopolítica, como a face ativa da Geografia Política, postura expressa no aprofundamento e diversificação da pesquisa mediante novas linhas e escalas de análise e a criação do Laboratório de Gestão do Território (LAGET). Assumi a vontade responsável de transmitir mais ampla e incisivamente o conhecimento adquirido, empenhando-me em lhe atribuir maior uso social mediante a pesquisa interinstitucional,

o diálogo com diferentes segmentos da sociedade; bem como a consultoria a organizações que detêm o poder de decisão, ou seja, praticando geopolítica.

Criação Laboratório de Gestão do Território (LAGET)

A criação do LAGET (1988) assinala um novo patamar na pesquisa e no Ensino e na afirmação da Geopolítica. Para sua existência tem sido essencial a colaboração de Claudio A. G. Egler, ex-aluno e ex-mestrando, desde a ideia inicial à execução de projetos. Além da colaboração discreta, mas constante de Mariana Miranda.

A iniciativa surgiu em 1986 a partir do reconhecimento do relativo desconhecimento da dinâmica territorial recente viabilizada pelo desenvolvimento tecnológico, e de importância da contribuição geográfica para pensar o território e seu ordenamento num momento, justamente, em que os geógrafos se encontravam cindidos e, portanto, enfraquecidos. O primeiro passo foi, estabelecer um convênio entre os Departamentos de Geografia da UFRJ e do IBGE para criar um Grupo de Trabalho e um fórum de debate sobre a temática, consubstanciado na LAGET, sob minha coordenação.

Estabeleceu-se, assim, o LAGET com a finalidade de desenvolver estudos e análises sobre as rápidas e amplas transformações em curso no território brasileiro sob impacto das novas tecnologias de produção e gestão, e sobre o papel do Estado e dos agentes civis na criação de núcleos de alta densidade tecnológica. Dois seminários Nacionais, projetos e publicações consolidaram sua existência.

Associada à implantação do LAGET, uma nova linha de pesquisa sobre 'Tecnologia e Gestão do Território' foi inaugurada, complementar à Geopolítica da Amazônia, e um terceiro tema de investigação se consolida sobre a 'Geopolítica do Brasil', em continuidade aos estudos iniciados em 1982.

A matriz dos novos temas foi, sem dúvidas, a fronteira amazônica que, revelando o aparato técnico estatal utilizado em sua ocupação, induziu à busca da fronteira original da relação entre tecnologia e território. Por essa razão, a linha de pesquisa sobre Tecnologia e território focalizou, sobretudo, a fronteira científico-tecnológica implantada desde os anos 1950 na seção paulista do Vale do Rio Paraíba do Sul e seus arredores. Um artigo chave (Textos do LAGET - TL 1989; *Institut des Hautes Etudes de l'Amerique Latine* - IHEAL 1992) e duas Dissertações de Mestrado (1992 a 1993) analisam a reorganização do território estreitamente vinculado às tecnologias de ponta desenvolvidas a partir de projetos estatais nessa área, inclusive das Forças Armadas. Hoje, a investigação nessa linha se orienta para a crise dessa fronteira, para a análise de riscos ambientais nela gerados a ser feita através da adequação tecnológica de sistemas geográficos de informação, objeto de projeto vencedor do PADCT-CIAMB em 1992, e para as novas tendências na área.

Na Amazônia, antes mesmo da criação do LAGET, a pesquisa focalizou a estratégia governamental em tempo de crise, sobretudo, Carajás. Ao contrário da maioria, não entendi esse 'Grande Projeto' apenas como meio de "rolar a dívida". O interpretei como uma estratégia do Estado para produção de espaço transnacional através da Cia.Vale do Rio Doce - C.V.R.D. (Revista de La Universidade de Zaragoza - RUZ 1987; RBG 1989). Por sua vez, a pesquisa de campo revelou a crescente autonomia da empresa, com sua

dupla face pública e privada, e a guerra social entre ela e os garimpeiros com suas estratégias territoriais próprias. Reputo este processo, registrado em publicações nacionais e estrangeiras, sobretudo, o artigo “Gestão do Território e Territorialidade na Amazônia Brasileira: a CVRD e os garimpeiros em Carajás como essencial para o conhecimento da região e do Brasil” (Croom Helm 1988; Espaço e Debates, NERU - ED 1988; *L'Espace Geographique* - EG 1989; Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG 1991; Ática 1990; UnB/UFRJ 1990).

Mobilidade pela crise nacional e pela pressão ambiental internacional em relação à Amazônia orientei a pesquisa nessa direção. Creio ter demonstrado que, em meio a desordem global, emergem tanto a consciência ambiental, legítima, quanto a ideologia ambiental como novo parâmetro geopolítico associadas às novas tecnologias, ambas atribuindo à Amazônia novos valores e a condição de área crítica no contexto geopolítico mundial. Em outras palavras, procuro a relação entre tecnologia-ambiente-geopolítica em dois níveis, o da gestão do território e o das relações internacionais (AL 1990; UFRJ 1992; UNESCO/UNAMAZ 1992; UNESCO/ISSC/EDUCAM 1992; UGI 1992).

Por sua vez, as duas linhas vem contribuindo para aprofundar a reflexão teórica sobre a Geopolítica global e do Brasil. Algumas contribuições dessa pesquisa podem ser assinaladas. Primeira, a identificação de um nexos entre as duas fronteiras – a Amazônica, de recursos e a do vale do Paraíba, científico-tecnológica – nexos que reside num projeto geopolítico para a modernidade no Brasil cujo objetivo foi o domínio do vetor científico-tecnológico para rápida modernização da sociedade e do território. Nesse contexto, a fronteira foi, sobretudo uma fronteira do Estado, definindo-se como espaço em que o Estado pode mais rapidamente induzir rupturas sem ameaçar a ordem hierárquica estabelecida.

Segunda, o aprofundamento do aparato conceitual da Geopolítica que implica não só sua compreensão como o conjunto das políticas e ações para adequar o território à lógica da acumulação e à legitimação do Estado, mas também a discriminação de níveis complementares de ação sobre o território. É assim que defino a gestão do território como a prática científico-tecnológica do poder no espaço; a territorialidade, como a estratégia que visa influenciar ações mediante o controle de uma parcela específica do espaço, preocupando-me hoje em repensar o planejamento do território.

Terceira, a participação no debate sobre a (des)ordem global através da análise das transformações contemporâneas da Geopolítica introduzidas pela velocidade que gera novas estruturas das relações espaço-tempo sustentando o movimento de globalização/fragmentação.

Quarta, a participação no debate sobre o destino do Estado afetado pelas novas tecnologias e pelos movimentos sociais que permitem a formação de novas territorialidades acima e abaixo da escala nacional, bem como pelos novos parâmetros geopolíticos internacionais tais como a dívida externa, a questão ambiental, os mercados supranacionais, as *shifting coalitions*.

Numerosos trabalhos registram essas contribuições ao mundo e ao Brasil (Textos do Laget - TL 1988; RBG 1988; Espaço e Debates, NERU - ED 1991; Imprensa Nacional - IN 1992; ABRASCO 1992; RBG 1992; Política Externa, USP/Paz e Terra - PE 1992). Mas as maiores expressões dessa nova linha de pesquisa em formação são o artigo “A Geografia e o Resgate da Geopolítica” (RBG 1988) e o livro “Brasil: Uma nova potência Regional

na *Economia-Mundo*" (Cambridge University Press - CUP 1992; Bertrand Brasil, 1993). Este livro, elaborado com a colaboração de Claudio A.G Egler, e tendo como referencial teórico I. Wallerstein, afirma a importância da geopolítica no Brasil desde a colonização até o projeto para a modernidade que, fundamentado no tripé, conduziu o país à posição semi-periférica. Desmistificando tanto o "Brasil Grande Potência" como o "Brasil Terceiro Mundo", analisa o legado da modernização conservadora e seus dilemas atuais, preenchendo, penso eu, uma lacuna quanto as obras que tratam o país como um todo, tanto no Brasil, como no exterior.

O conceito de 'Desenvolvimento Sustentável' e os riscos e oportunidades que oferece para o Brasil e a Amazônia vem sendo objeto de reflexão atual sob o ângulo da Geopolítica. Trata-se a meu ver, de uma tentativa de ordenar a desordem global através da regulação do uso do território (UGI, no prelo: Brasiliense, 1993; AGB 1993).

Associado ao LAGET um novo patamar na pesquisa se estabelece. Não se trata mais apenas do envolvimento de graduandos, mestrandos, doutorandos e professores, mas sim da pesquisa interdepartamental e interinstitucional consoante à necessidade de conjugar forças para vencer barreiras entre as disciplinas.

O próprio LAGET nasceu de um convênio com o IBGE. A linha de pesquisa sobre 'Tecnologia e Gestão do Território' e seu projeto inicial foram concebidas em conjunto com Roberto Bartolo Santos Jr. e Domício Proença, então da Área de Política Científica e Tecnológica da COPPE. Um convênio com o Centro de *Recherches et Documentation de l'Amerique Latine* foi firmado para pesquisar polos tecnológicos no Brasil e na França. O projeto vencedor do PADCT agrega pesquisadores do LAGET, das áreas de processamento de dados e de geomorfologia do Departamento de Geografia, do IPPUR e da Fiocruz. Da mesma forma, conexões estão em elaboração para formulações de projetos referentes à Amazônia.

Contribuição ao doutorado em geografia na UFRJ

Ao lado das inúmeras Teses em orientação no Mestrado em Geografia (cinco), acredito dar uma contribuição essencial ao Programa de Pós-Graduação através das linhas de pesquisa que desenvolvo.

Implantei duas novas disciplinas, Geopolítica da Amazônia e Geopolítica do Mundo Contemporâneo. O Doutorado em Geografia foi inaugurado no corrente ano (1993) com um "Seminário de Geopolítica" por mim coordenado para a área humana. E, dos cinco candidatos aceitos para esta área, três são por mim orientados.

Em suma, consolidou-se na área humana, a identidade do Programa com face a política da Geografia.

Novo significado das relações externas

A preocupação em pensar o Brasil e atribuir uso social ao conhecimento adquirido corresponde a um nível de intercâmbio mais profundo e à ampliação da rede de relações pelo diálogo com novos interlocutores.

Intensificou-se a produção científica incluindo livros, artigos em livros e periódicos, comunicações, bem como comentários em periódicos internacionais e editoração. Mas este é apenas um elemento do processo.

No meio geográfico, tenho contribuído para maior conhecimento sobre o Brasil através de diversas estadias no exterior em atendimento a convites. É o caso de quatro meses no MIT/DUSP, como *Visiting Scholar* onde fiz várias conferências; de dois meses na França como pesquisadora convidada da ORSTOM; de uma semana de um curso na Universidade Autônoma do México, de um mês de curso na Universidade de Paris X, Nanterre; do convênio entre o LAGET/CNPq e o CREDAL/CNRS; do convite do Prof. Peter Taylor para elaborar o livro sobre o Brasil para a Cambridge University Press, como parte de uma série de Geografia das grandes regiões do globo; do convite da Comissão organizadora do Congresso Internacional da UGI, em Washington, para participar de uma das seis sessões plenárias do evento, sobre *The Debt Crisis and the New Geography of Money*. Cumpre ainda registrar o reatamento das relações com a AGB após 10 anos de congelamento, e minha eleição a Presidência da Comissão Nacional da UGI.

A participação na organização de reuniões científicas extra-geográficas relacionadas à ECO-92, é um marco nesse contexto, destacando-se a colaboração como membro do Conselho Científico da Rio-92, organizada pela Academia de Ciências/ SBPC/UFRJ, com o grupo de Trabalho Nacional e com o Fórum Global.

Associada à essa nova feição, desenvolve-se um dialogo interdisciplinar mais íntimo, assim como a aproximação com outros segmentos de sociedade interessados no debate sobre a dimensão geopolítica das conjunturas amazônica, nacional e mundial. Trata-se, sobretudo, de: antropólogos (Museu Emílio Goeldi, PA e Museu Nacional, RJ); pesquisadores de diversas origens profissionais envolvidos na análise das relações entre tecnologia e Forças Armadas (COPPE, UNICAMP, ANPOCS); economistas dispostos a incorporar as relações de poder em sua análise (CORECON, CNE); arquitetos e urbanistas interessados na dinâmica territorial (ANPUR; IAB); médicos sanitaristas para quem a organização territorial em sua relação com o ambiente, constitui conhecimento básico (ENSP/FIOCRUZ), além de cientistas políticos, biólogos, etc. A participação no Conselho Diretor do Meio Ambiente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e contatos com organizações não governamentais complementaram esse intercâmbio.

Ao mesmo tempo, se estabelece um efetivo diálogo com a Marinha (EGN), e o Exército (ECEME), alterando a natureza de uma relação formal antiga com a EGN na qualidade de conferencista. Mas penso que essa relação já se insere com outra frente de atuação, como será visto a seguir.

Praticando uma nova geopolítica

No bojo da reflexão sobre este memorial percebo que estou iniciando a praticar geopolítica através da consultoria a instituições que detém poder de decisão. Uma nova geopolítica que expressa o contexto de transição em que vivemos e visa a formulação de um projeto nacional democrático para o Brasil.

Trata-se, sobretudo, de órgãos governamentais relacionados à questão ambiental, à Amazônia e ao Brasil, *cioso* dê definir uma política nesse difícil contexto de desregulação.

É o caso dos “Macrocenários para a Amazônia” (SUDAM), do “Relatório Nacional” (UNCED), do “Zoneamento Ecológico-Econômico” (SAE), da leitura crítica da “Agenda 21” (SEMAM), da seleção de projetos de pesquisa (PADCT/SIAMB), da definição de prioridades de pesquisa na área sociocultural para a Amazônia (MCT/Programa Piloto), da avaliação do Programa Nacional do Meio Ambiente quanto à Amazônia (IBAMA/BIRD) e da reaproximação com o “Ministério das Relações Exteriores” da participação na retomada do planejamento regional (IPEA).

O conjunto desse esforço me conduziu a um novo patamar de atuação: o convite para integrar o *Internacional Advisory Group* que avaliará os projetos do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras, patrocinado pelo G-7 e a comissão da Comunidade Europeia e da Holanda, e coordenado pelo Banco Mundial. Convite que entendo como prestigiador da UFRJ. Desafio cuja ‘enfrentação’ exige a conjugação dos meus conhecimentos sobre Amazônia, o Brasil... e a Geopolítica.

Praticando a nova Geopolítica creio que poderei aprofundar minha atuação nos próximos anos na UFRJ, envolvendo a consolidação do Doutorado em Geografia e do LAGET, bem como a transdisciplinaridade e a consultoria a instituições governamentais. A questão do desenvolvimento sustentável parece ser o elo capaz de esclarecer a (des) ordem contemporânea em escala global, nacional e local, e de oferecer pistas para uma gestão democrática do Território.

Em suma, na oportunidade de avaliação que este memorial oferece, penso que minha contribuição acadêmica e científica até o momento tem um saldo positivo. A abertura de múltiplas frentes, via palmilhada com grandes lutas e grande investimento de trabalho, tempo e emoção, ganhou consistência em torno de um nexo central: a “Geopolítica do Brasil” ao nível doméstico e externo, e o papel específico nela representado pela fronteira. E afirmou-se a validade do sentido que a orientou: pensar e participar da grafia do Brasil, isto é, do seu projeto em constante remodelação.

Síntese do Curriculum Vitae de Bertha Koiffmann Becker

Atuação Profissional

1957/2013 – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

1999/2013 – Professora Titular Aposentada.

1994/1999 - Professora Titular por Títulos e Provas.

1986/1993 - Professora Titular por Concurso de Livre Docencia.

1976/1985 - Professora Adjunta por Concurso de Títulos.

1965/1975 - Professora Assistente.

1961/1965 - Instrutora de Ensino Superior.

1957/1961 - Auxiliar de Ensino.

Coordenadora do LAGET - Laboratório de Gestão do Território (1987/2013); Disciplinas ministradas no PPGG/IGEO: Teorias do Desenvolvimento Regional, Geografia Política, Geopolítica, Geopolítica da Amazônia, Estado e Produção do Espaço no Brasil, Geopolítica do Mundo Contemporâneo, Amazônia, Significado do Território na (Des) ordem Global, Teorias em Geografia (1976/1999); Membro da Comissão Permanente de

Avaliação da UFRJ – COOPERA (1992); Coordenadora do Convênio FINEP - Pesquisas em Geografia (1989/1990); Diretor Adjunto de Pós-Graduação e Pesquisa (1976/1986); Coordenadora do Convênio FINEP para Pesquisas em Geociências (1980/1984); Membro do Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa (1977/1983); Representante do CCMN no CEPG (1979/1982); Membro para Implantação de Normas na UFRJ (1981); Coordenadora da Comissão de Auxílios e Bolsas (1980/1981); Coordenadora do Projeto Institucional FINEP para o IGEO (1977/1979); CEPG/IGEO - Presidência da Comissão para Reestruturação do Curso de Pós-Graduação em Geologia (1976); Membro da Comissão para Implantação do Núcleo de Planejamento Urbano e Regional (1968).

1974/2013 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil. Consultor Ad-hoc; Membro do Comitê de Avaliação de Projetos PADCT/CIAMB (1992); Representante do CNPQ na Comissão Nacional da UGI (1977/1978); Membro de comissão temporária - Projeto Aripuanã (1975); Membro de comissão temporária – PBDCT (1974).

1978/2013 - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Consultor Ad-hoc; Coordenadora Adjunta da Comissão de Consultores Científicos da Área de Ecologia e Meio Ambiente (1993); Membro do Comitê de Geociências (1978).

1990/2013 - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, FAPERJ, Brasil. Consultor Ad-hoc.

1993/2013 - Membro do Conselho; Membro do Comitê de Coordenação das Ações na Amazônia – *Large Scale Biosphere Atmosphere Experiment In The Amazon* (L.B.A.) (2006/2013); Membro do Comitê de Busca do Novo Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi (2005); Estudo envolvendo Proposta de Política de C&T para a Amazônia (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, SEPED) (2004); Coordenadora do Sub-projeto Dimensões Humanas da Mudança Ambiental Global - *Large Scale Biosphere Atmosphere Experiment In The Amazon* (2999/2004); Membro do Comitê de Busca do Novo Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia INPA (2001); Membro do Grupo de Avaliação dos projetos de PADCT/CIAMB (2004); Membro da CORPAM para Definição das Prioridades de Pesquisa na Amazônia (1993).

1999/2013 - *Large Scale Biosphere Atmosphere Experiment In The Amazon*, LBA, Brasil Experimento de Grande Escala Biosfera - Atmosfera na Amazônia; Membro do Conselho Científico.

2000/2013 - Escola Superior de Guerra. Membro Correspondente.

2000/2013 - Academia Brasileira de Ciências. Consultor Ad-hoc Implantação do Programa “Dimensões Humanas da Mudança Ambiental Global”.

2008/2013 - Agência Nacional de Águas (ANA). Consultor.

Becker, B. K.

1966/1976 - Instituto Rio Branco - Ministério das Relações Exteriores, MRE-IRB, Brasil. Professor Visitante Titular. Disciplina ministrada: Geografia Política.

1969/2000 - União Geográfica Internacional (U.G.I.). Vice-Presidente (1996/2000); Presidente da Comissão Nacional do Brasil (1992/1996); Membro da Comissão *The World Political Map* (1984/1988); Secretária Executiva da Comissão Nacional (1977/1985); Membro da Comissão Regional Systems and Policies (1976/1985); Presidente da Comissão de Temário da Conferência Regional Latina-Americana (1982); Presidente da Comissão Organizadora para a Comissão *Regional Systems and Policies* (1982); Membro da Comissão *Regional Aspects of Development* (1969/1976).

1973/1976 - Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil. Professor Visitante. Disciplina ministrada: Geografia Política e Econômica.

1974/1975 - Instituto de Pesquisas Rodoviárias do Rio de Janeiro. Consultora da Pesquisa Avaliação dos Impactos da Rodovia Belém-Brasília no Desenvolvimento Regional.

1978/1982 - *Conference Of Latin Americanists Geographers*. Membro da Diretoria.

1979/1981 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Financiamento de Estudos e Projetos (FINEP). Consultora para a Área de Geografia.

1980/1982 - *United Nations Centre For Regional Development Nagoia*. Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação.

1985 - Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação. Participação de Comissão para o Diagnóstico e Avaliação do Ensino em Geografia.

1987 - *Organisation de Recherche Scientifique Des Territoires D'outre Mer*. Pesquisa e desenvolvimento.

1987/1988 - Financiadora de Estudos e Projetos, FINEP, Brasil Participante em Grupos de Trabalho: Efeitos do acidente do Césio em Goiânia (1988); Priorização de projetos em Carajás (1987).

1989 - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, Brasil. Cooperação SUDAM/PNUD/ BASA.

1989 - *Universidad Autonoma de Mexico*, UAM, México. Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação; Seminário sobre a Amazônia. Disciplinas ministrada: Geografia Política.

1989/1993 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Membro Titular da Câmara Técnica de Geociências (1989/1993); Representante do CNPQ na Comissão Nacional de Planejamento e Normas Geográfico-Cartográficas CONPLANGE (1970/1972).

1991 - *Université Paris X Nanterre*, UPX, França. Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação. Disciplina ministradas: Uso da Terra no Brasil.

1991/1994 - Associação Comercial do Rio de Janeiro. Membro do Conselho Empresarial para o Meio Ambiente.

1991/1992 - United Nation Educational, Scientific and Cultural. Cooperação UNESCO/UNAMAZ/UNO/TWU.

1991/1992 - Secretaria do Meio Ambiente. Coordenação de Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Urbano e Desenvolvimento Sustentável para a AGENDA 21 (1992); Membro Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Sustentável preparatório da RIO 92 (UNCED) (1991).

1992 - Academia Brasileira de Ciências/Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência. Universidade Federal de Rio Janeiro. Membro do Comitê Científico da RIO 92 (UNCED).

1992 - Secretaria de Assuntos Estratégicos, SAE/PR, Brasil. Consultora para o Zoneamento Ecológico Econômico da Amazônia.

1993 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Cooperação PNMA/IBAMA: Avaliação das Unidades de Conservação da Amazônia; Avaliação dos Órgãos Estaduais do Meio Ambiente (OEMAS) na Amazônia.

1993 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – DF. Consultora para o projeto O novo mapa da economia brasileira: desafios do planejamento regional.

1993/2004 - Programa Piloto Para Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras. Em 1993-1994 e em 2002-2004 (Membro do Programa). Entre 1995-2001 (Vice-Presidente); Participação em Conselhos, Comissões e Consultoria, G7 Banco Mundial Gov Brasil, International Advisory Group I.A.G. (1993/2004)

1994/1999 - Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, MMA, Brasil. Cooperação para o projeto ‘Detalhamento da Metodologia para Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico pelos estados da Amazônia Legal’ (Convênio LAGET/SAE/MMA/BIRD) (1999); Consultora para o projeto ‘Cenários para o Desenvolvimento da Amazônia’ (1999); Consultora para as ‘Atuações dos Ministérios e Estados para Implementação da PONIAL (1997); Membro do ‘Grupo de Trabalho para a Agenda Amazônica 21’ (1997); Consultora para Ajuste da Metodologia do ZEE nos estados da Amazônia Legal (1996); Consultora para a ‘Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal’ (PONIAL) (1995).

1995/1997 - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Presidente da Associação.

Becker, B. K.

1998 - Presidência da República do Brasil. Participação no Relatório Nacional para a UNCED - RIO 92; Consultora do Projeto SIVAN em Dallas – EUA; Texto referente ao tema: Desenvolvimento Regional no Brasil (1991/1992).

1998 - Ministério das Relações Exteriores – DF. Coordenadora da área de Geografia do Encontro Brasil-Portugal comemorativo dos 500 anos do Descobrimento.

2000/2005 - Ministério da Integração Nacional. Consultora para o Plano para o Desenvolvimento Regional Sustentável da BR 163 (2005); Consultora para elaboração do Plano Amazônia Sustentável (2003); Consultora para Políticas de Desenvolvimento Regional (2000).

2000/2005 - *Political Geography Quarterly Elsevier*. Membro de corpo editorial.

2007 - *Loughborough University*, LBORO, Inglaterra. Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação. Disciplina ministrada: Geopolítica.

2008/2009 - Secretaria de Assuntos Estratégicos. Consultor.

Premiações e Condecorações recebidas no Período de 1993-2013

2000 - Medalha Carlos Chagas Filho de Mérito Científico, FAPERJ.

2000 - Membro Honorário, Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável/ Fundação Getúlio Vargas.

2001 - *David Livingstone Centenary Medal* para Avanços Científicos no Hemisfério Sul, American Geographical Society.

2002 - Professora Emérita, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

2003 - Homenagem, Centro de Desenvolvimento Sustentável CDS/UnB (Iniciativa dos geógrafos franceses sediados no CDS).

2003 - Homenagem, Departamento de Geografia/UNESP-Rio Claro - SP.

2005 - Doutor Honoris Causa, Université Jean Moulin / Lyon III - França.

2005 - Prêmio Claudia 2005 CIÊNCIAS, Editora Abril.

2006 - Membro Eleito, Academia Brasileira de Ciências ABC-RJ.

2007 - Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico, Ministério do Estado da Ciência e Tecnologia.

2007 - Conferencista Emérita da Escola Superior de Guerra, Escola Superior de Guerra.

2008 - Ordem de Rio Branco - Comendador Ministério Relações Exteriores - Brasília, Ministério Relações Exteriores.

2008 - Prêmio Jabuti da Área de Ciências Naturais e Ciências da Saúde atribuído ao livro "Dimensões Humanas da Biosfera-Atmosfera".

2009 - Homenagem do Ministério do Meio Ambiente no dia internacional da mulher, Ministério do Meio Ambiente.

2009 - Homenagem do Programa de Pós-Graduação em Geografia/Dep. de Geografia e Inst de Geociências da UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

2009 - Prêmio Personalidade do Ano outorgado pelo Banco da Amazônia, BASA - Banco da Amazônia.

2011 - Doutor Honoris Causa, Universidade Federal de Roraima.

2011 - Homenagem da Associação de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), ANPEGE.

2012 - Membro da Delegação Brasileira à Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio + 20. Itamaraty - Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Meio Ambiente.

2012 - Painelista do Diálogo "Florestas" da Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20. Itamaraty - Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Meio Ambiente.

Memorial constante dos arquivos do Departamento de Geografia e disponível na biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Obtido em 30/07/2013

